

EDITAL

RDC ELETRÔNICO Nº 04/2021-COGIC

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), por meio da Comissão Permanente de Licitação constituída pela Portaria nº 058/2021 de 11/02/2021, da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi (COGIC), doravante denominada simplesmente Comissão, realizará licitação, na modalidade Regime Diferenciado de Contratações Públicas, na forma eletrônica (RDC-e), em modo de disputa **FECHADO** cujo critério de julgamento será o **TÉCNICA E PREÇO**, sob a forma de execução indireta, **no regime de empreitada por preço global**, nos termos da Lei n.º 12.462 de 4 de agosto de 2011, do Decreto nº 7.581, de 11 de outubro de 2011, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei n.º 8.078/1990, Decreto nº 8.080, de 20 de agosto de 2013, Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 01/2010, nº 05/2013, IN nº 05/2017 e IN SEGES nº 03/2018 (SICAF) e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. A opção pelo RDC consta de forma expressa nos autos e neste edital e resultará no afastamento das normas contidas na Lei nº 8.666/1993, exceto nos casos expressamente previstos na citada Lei nº 12.462/2011.

Data da sessão: 27/04/2021

Horário: 10h00min

Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O Objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Contratação de Serviço de Engenharia para Elaboração de Projeto para Adequação Reforma e Modernização de Parte do Sistema de Distribuição Elétrica do Campus de Manguinhos Apontando as Adequações Físicas Necessárias nas Subestações ETG 02 e ETG 11, Objetivando a Desativação e Transferência das Cargas das Subestações ETG 16, ETG 01 E ETG 17**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único item.

1.3. A licitação será realizada pelo regime empreitada por preço global, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar a **melhor combinação de técnica e preço**.

1.4. Modo de Disputa: **FECHADO**

1.5. Orçamento: **R\$ 377.121,87 (trezentos e setenta e sete mil, cento e vinte e um reais e oitenta e sete centavos)** Data Base do Orçamento: **dezembro 2020**.

1.6. A retirada do edital, e, também, os documentos que integram o mesmo e não puderem ser transferidos ao portal www.comprasgovernamentais.gov.br, devido ao seu tamanho em MB, (**relativamente às Plantas**), poderá ser feita gratuitamente através da disponibilização para download do arquivo completo no site da COGIC: www.cogic.fiocruz.br.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Fonte: 06151000000

Projeto/Processo: 50207674641 27561

Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz.

Elemento de Despesa: 449051-80

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória RDC, em sua forma eletrônica, com o perfil adequado para a modalidade e vincula-se ao que dispõe o art. 9º da IN SEGES nº 03/2018.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este RDC.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, após implementadas diligências ordinárias.

3.6. No caso de participação de empresas em consórcio, o credenciamento e a operação do sistema eletrônico devem ser realizados pela empresa líder do consórcio.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO RDC

4.1. Poderão participar deste procedimento interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018, além disso, o credenciamento deve estar regular quando se tratar de Pregão, RDC ou Dispensa Eletrônica, conforme preconiza o art. 21, I da referida instrução normativa.

4.1.1. O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica (Acórdão 642/2014-Plenário TCU).

4.1.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.

a) Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 36 da Lei nº 12.462/2011.

b) Impedidos de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462/2011.

c) Caso seja constatada tal situação, ainda que *a posteriori*, a Licitante será desqualificada, ficando sujeita as sanções previstas no Art. 47 da lei 12.462/2011.

4.2.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

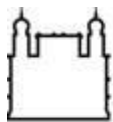
4.2.3. Pessoa jurídica estrangeira que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

4.2.4. Servidor, empregado ou ocupante de cargo em comissão da FIOCRUZ ou responsável pela licitação.

4.2.5. Pessoa física ou jurídica, na forma do art. 36 da Lei nº 12.462/11, mediante participação direta ou indireta:

a) Que tenha elaborado o Projeto Básico ou executivo correspondente;

b) que tenha participado de consórcio responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo correspondente;



c) pessoa jurídica na qual o autor do Projeto Básico ou Executivo seja administrador, sócio com mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, controlador, gerente, responsável técnico ou subcontratado.

4.2.5.1. Para fins do disposto neste item, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se os fornecimentos de bens e serviços a estes necessários.

4.2.5.1.1. O disposto neste subitem se aplica aos membros da comissão de licitação.

4.2.6. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, observado o disposto no item 14.7.3.1.1 deste Edital.

4.2.7. Participação concomitante de Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos produtos, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.2.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.9. Sociedade empresária constituída com o mesmo objeto e por qualquer um dos sócios e/ou administradores de empresas declaradas inidôneas, após a aplicação dessa sanção e no prazo de sua vigência, nos termos do art. 43 da Lei nº 8.443/1992.

4.3. É vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.3.2. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.4. Nenhuma licitante, ainda que munida de procuração, poderá participar desta licitação

com mais de uma proposta de preços, tampouco poderá representar mais de uma licitante junto à FIOCRUZ nesta licitação, sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

4.5. Como condição para participação nesta licitação, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do art. 1º, III e IV e art. 5º, III, da Constituição Federal de 05/10/1988.

4.5.8. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. O licitante deve apresentar declaração de ciência da exigência de que o contratado deve conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo, nos termos do art. 8º, § 2º, III, do Decreto nº 7.581, de 2011.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

5.1. Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, limitado a 3 (três) empresas, desde que observadas as regras previstas no art. 51 do Decreto federal nº 7.581 de 11 de outubro de 2011 e estabelecidas neste Edital.

5.2. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado Termo de Compromisso Público ou Particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados e com indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio (Empresa Líder), atendidas as condições previstas no Art. 51 do Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011 e aquelas estabelecidas neste Edital.

5.2.1. O compromisso de constituição do consórcio, deverá ser apresentado por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio.

5.2.2. Se o consórcio contar com participação de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

5.2.3. A empresa-líder do consórcio será a responsável pela obtenção da senha de acesso junto ao Provedor do Sistema, ficando responsável pela negociação durante o certame, em nome do consórcio.

5.2.4. A empresa-líder do consórcio deverá responsabilizar-se pela coordenação do objeto e representação junto à contratante, bem como pela apresentação da garantia.

5.2.4.1. É obrigatória a constituição e o registro do consórcio na Junta Comercial e demais órgãos fiscalizadores, reguladores, antes da celebração do contrato, inclusive nos Conselhos de Classe.

5.3. Ficam vedadas a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma EMPRESA, ou em mais de um consórcio.

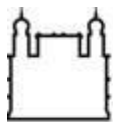
5.4. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

5.5. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.

5.6. Os consorciados deverão apresentar, antes da assinatura do contrato decorrente desta licitação, o Instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas.

5.6.1. O Contrato de consórcio deverá observar, além dos dispositivos legais e cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital.

5.6.1.1. As empresas consorciadas responderão, solidariamente, pelos atos praticados pelo consórcio em que se constituírem, desde a fase da licitação até o final da execução do contrato e conclusão dos serviços, até o recebimento definitivo.



5.6.1.2.A cláusula de responsabilidade solidária dos consorciados deverá estar expressa no Termo de compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes e no contrato a ser celebrado com a Administração.

5.7. A comprovação das capacidades técnico-profissional e técnico-operacional exigidas neste Edital poderá ser efetuada, no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas, sendo admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

5.8. A comprovação de qualificação econômico-financeira do consórcio ocorrerá por demonstração, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, com o acréscimo de 30% (trinta por cento), na proporção da respectiva participação;

5.8.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

5.9. As Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, para utilizarem do benefício do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderão se consorciar com empresas de grande porte.

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. **Será permitida a subcontratação do objeto licitatório.**

Os serviços que serão passíveis de subcontratação limitados a 21,98% do contrato são:

- Serviços preliminares
- Levantamento cadastral

6.2. Em caso de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.2.1. Não se admite a subcontratação de itens de serviços que tenham sido exigidos para fins de qualificação técnica na presente licitação.

6.2.2. **OBS 1:** As licitantes devem observar que antes da fase de aceitação de proposta no sistema ComprasNet, o licitante será convocado para cadastrar, caso haja, as empresas subcontratadas, ocasião em que a licitante justificará em “sua tela” e não “no chat” se irá subcontratar ou não parte do serviço. Em caso positivo a licitante terá que enviar os documentos de habilitação da empresa subcontratada, conforme

exigência do sistema. Doravante, por ocasião do contrato, a contratada deverá atender ao disposto no art. 10, §2º do Decreto 7.581/11, a saber: “§ 2º Quando permitida a subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado”.

6.2.3. OBS 2: A licitante poderá justificar em seu campo do mesmo modo que deixará para avaliar a subcontratação, posteriormente, justificar a não apresentação naquele momento, ocasião em que o valor total da proposta já negociada será empenhado em nome da licitante vencedora e, consequentemente, não haverá apresentação dos documentos da eventual subcontratada.

6.2.4. OBS 3: As licitantes devem se atentar para o fato de que, caso cadastrem as empresas subcontratadas quando da convocação no sistema ComprasNet, caso venha a ser vencedora da licitação, **a empresa subcontratada terá o percentual da subcontratação empenhado em seu nome e não no nome da subcontratante, sendo este cálculo feito pelo próprio sistema ComprasNet.**

7. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O licitante deverá encaminhar (registrar) a PROPOSTA DE PREÇOS por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento (registro) de propostas.

7.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas.

7.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do RDC, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas (registradas).

7.5. O licitante deverá enviar (registrar) sua PROPOSTA DE PREÇOS E TÉCNICA mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.5.1. O valor global da proposta para a execução dos serviços, valor unitário para cada item da proposta, utilizando 2 (duas) casas decimais para evitar correções futuras na PROPOSTA DE PREÇOS;

7.5.2. Descrição detalhada do objeto, conforme determinantes do Projeto Básico (**Anexo IV**), contendo, entre outras, as seguintes informações:

7.5.2.1. Considera-se preço unitário a soma do valor de mão de obra e de material para cada item constante na planilha orçamentária.

7.5.2.2. Considera-se preço total o valor total apurado na proposta, ou seja, o somatório de todos os itens da planilha de preços apresentada.

7.5.2.3. Serão relevadas diferenças de centavos quando constatada que as mesmas são oriundas de arredondamento no somatório das células.

7.5.2.4. As informações que não constarem na proposta enviada pelo sistema, deverão constar da proposta proforma (**Anexo II**), **que será anexada ao sistema juntamente com a PROPOSTA TÉCNICA.**

7.5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar da sua apresentação.

7.6. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto.

7.7. O licitante deverá anexar os seguintes documentos:

7.7.1. Cronograma físico-financeiro, observando-se as etapas e prazos de execução e a previsão de reembolso orçamentário estabelecida neste Edital e seus anexos, e incluindo as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, (Anexo deste Edital);

7.7.2. Planilhas de composição analítica das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e das Taxas de Encargos Sociais, discriminando todas as parcelas que o compõem, (Anexo deste Edital);

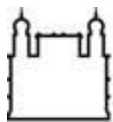
7.7.3. Planilha de Custos e Formação de Preços, (Anexo deste Edital);

7.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

7.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.10. É de inteira responsabilidade da licitante obter, dos órgãos competentes, informação sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento objeto desta licitação nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

7.10.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



7.10.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.10.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

7.10.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual.

7.10.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

7.10.3.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar à COMISSÃO ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

7.10.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário);

7.11.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7.12. A verificação de conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada, após a fase de disputas, nos termos do art. 24, §1º da Lei nº 12.462/11.

7.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico e Anexos, assumindo o

proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.14. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.15. Cada licitante somente poderá apresentar uma única proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.

7.16. Não serão admitidas propostas que apresentem cotação alternativa ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.17. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

7.18. Qualquer elemento que possa identificar o licitante na proposta de preços importará na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA TÉCNICA E DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. Após o cadastramento da PROPOSTA DE PREÇOS, o licitante deverá encaminhar (cadastrar) a Proposta Técnica anexando-a na opção “*Anexos de Propostas Técnicas*”, em arquivo no formato zipfile (.zip), cujo nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Proposta Técnica **RDC 04/2021-COGIC** e o tamanho **não poderá exceder a 50MB**, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários, desde que não ultrapasse este limite para cada arquivo.

8.2. Será desclassificada a PROPOSTA DE PREÇOS que não estiver acompanhada da respectiva PROPOSTA TÉCNICA

8.3. No caso de consórcio, só serão aceitos e analisados atestados emitidos em nome das consorciadas, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) e que cite especificamente o percentual de participação, bem como os serviços e respectivas quantidades executadas por cada consorciada. Admite-se o somatório dos valores de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

8.4. A PROPOSTA TÉCNICA deverá ser apresentada através do QUADRO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA OPERACIONAL e TÉCNICA PROFISSIONAL, conforme **Anexo IX** deste edital e deverá seguir os seguintes parâmetros:

8.4.1. Estar redigida em português, em papel timbrado da empresa, digitada, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, com clareza e objetividade, sendo datada e assinada por representante da empresa proponente com poderes para tanto.

8.4.2. Conter a razão social, o CNPJ, a referência ao número do edital do RDC, dia e hora de abertura e o endereço completo da licitante.

8.4.3. Informar os dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato (nome completo, endereço residencial, CPF, RG, Cargo e e-mail).

8.5. Todas as folhas dos documentos de PROPOSTA TÉCNICA deverão estar numeradas sequencialmente, da primeira à última, de modo a refletir o seu número exato.

8.6. Cada licitante poderá apresentar somente uma única proposta técnica, não sendo admitidas propostas alternativas.

8.7. Além da anexação da Proposta Técnica, contendo todos os documentos que a compõe, as licitantes deverão encaminhar a **complementação da Proposta de Preços**, também por meio da opção “*Anexos de Propostas Técnicas*”, em arquivo no formato zipfile (.zip), cujo nome do arquivo deverá iniciar com a palavra Proposta Preços **RDC 04/2021-COGIC** e o tamanho **não poderá exceder a 50MB**, podendo ser incluídos quantos arquivos forem necessários, desde que não ultrapasse este limite para cada arquivo.

8.8. A complementação da Proposta de Preços deverá conter os seguintes arquivos:

8.8.1. Proposta Proforma (**Anexo II**) redigida em português, em papel timbrado da empresa, digitada, sem rasuras, entrelinhas ou emendas, com clareza e objetividade, sendo datada e assinada por representante da empresa proponente com poderes para tanto.

8.8.1.1. Cada licitante poderá apresentar somente uma única Proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.

8.8.2. Carta de Apresentação obrigatoriamente assinada pelo representante legal da Licitante, conforme **Anexo III** - CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS.

8.8.3. Planilha detalhada de preço, composição analítica do BDI, cronograma físico-financeiro e composição de custos, conforme **Anexos V a VIII**.

8.8.3.1. A licitante deverá remeter (registrar) as planilhas também em versão digital, arquivo Excel para possibilitar a conferência adequada.

8.8.3.2. A planilha deverá ser elaborada levando-se em consideração o objeto deste edital e de acordo com as especificações de materiais, novos e de primeira qualidade.

8.8.3.3. O valor do BDI constante da planilha de Orçamento Estimado é uma estimativa da Administração. Cada licitante deverá preencher a sua planilha Composição Analítica do BDI de acordo com os seus custos próprios, de modo a demonstrar analiticamente a composição do BDI utilizado na formação do preço global da sua proposta.

8.8.3.4. As despesas com a administração local não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, devendo ser computadas no custo direto dos serviços.

8.8.4. O Presidente verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde

logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

8.8.5. Também será desclassificada a proposta que **identifique o licitante**.

8.8.6. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8.7. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.8.8. A abertura da sessão pública deste RDC-e e demais trabalhos inerentes ao certame serão conduzidos por servidor público da FIOCRUZ, denominado Presidente da COMISSÃO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

8.8.9. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Presidente e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, via “Chat”, em campo próprio do sistema eletrônico. Não será aceito nenhum outro tipo de contato, como meio telefônico ou e-mail.

8.9. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Presidente da Comissão de Licitação e os licitantes.

9. DA ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

9.1. A licitante deverá comprovar sua capacidade e experiência no desempenho do escopo dessa licitação, isto é, comprovação de execução de serviços semelhantes e compatíveis em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional ao especificado neste Edital.

9.2. Será admitido o somatório de ATESTADOS diversos para efeito de comprovação da área mínima estabelecida. A CONTRATADA deverá comprovar a realização de gerenciamento de empreendimento de grande porte em um único contrato, ainda que o objeto represente um agrupamento de edificações.

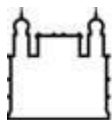
9.3. Todos os Atestados (ou declarações) apresentados devem ser fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado contratante(s) do(s) serviço(s) devidamente registrados no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico expedidas pelos respectivos Conselhos.

9.4. Solicita-se que nos Atestados apresentados sejam claramente identificadas e sublinhadas, ou destacadas com cor de realce de texto informações como:

9.4.1. A autoria do projeto e/ou serviço técnico especializado (nome e número do CREA ou CAU do profissional);

- 9.4.2. O tipo de edificação projetada (conforme classificação do CREA);
- 9.4.3. O tipo de projeto elaborado, gerenciado, supervisionado;
- 9.4.4. A descrição sucinta de suas características, de forma que se possa identificar sua classificação, incluindo-se a informação dos aspectos considerados relevantes para demonstração de similaridade com o objeto a contratar.
- 9.5. As certidões de registro de pessoa física e jurídica no CREA e no CAU e as Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas via Internet somente serão aceitas se houver a possibilidade de confirmação de sua autenticidade pelo mesmo meio (Internet), podendo a Comissão, se julgar necessário, efetuar a confirmação durante o transcorrer da sessão.
- 9.6. Os documentos relativos à Proposta Técnica, de que trata este edital, deverão conter todos os dados necessários à perfeita caracterização dos requisitos a serem pontuados, sob pena de não serem considerados.
- 9.7. Existindo dúvida acerca da documentação apresentada pela licitante, será realizada diligência junto a entidades ou órgãos competentes com vistas a esclarecer a instrução processual ou verificar a autenticidade dos documentos, na forma da Lei 8.666/93, art. 43, § 3º, e do Acórdão/TCU 2.459/13-Plenário.
- 9.8. A proposta técnica será aferida e classificada a partir dos seguintes parâmetros:
- ✓ **Experiência da Empresa (EE)**
 - ✓ **Experiência Profissional (EP)**
- 9.8.1. **Experiência da Empresa (EE)** - A proponente deverá apresentar junto a documentação relativa a comprovação de sua experiência a **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica** emitida pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e/ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da jurisdição da sua sede, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.
- 9.8.1.1. Buscando aferir a **Experiência da Empresa** licitante serão requeridos apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome da licitante, considerando características e quantidades, para pontuação de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Experiência da Empresa (EE)



CAPACITAÇÃO TÉCNICA (CT)	ATESTADOS OBRIGATÓRIOS EXIGÊNCIA	PONTOS MÍNIMOS	PONTOS MÁXIMOS
Empresa Licitante	Elaboração de projetos executivos de energia elétrica para "subestações de energia elétrica". [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]	5	20
Empresa Licitante	Elaboração de projetos executivos de arquitetura para "subestações de energia elétrica". [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]	5	5
Totais mínimos e máximo possíveis		10	25

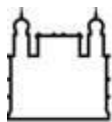
9.8.2. **Experiência Profissional (EP)** - A proponente deverá apresentar junto à documentação relativa à comprovação de sua Experiência Profissional, **Certidões de Registro de Pessoa Física** emitidas pelo CREA ou CAU da jurisdição do domicílio de cada profissional integrante da Equipe Técnica de Nível Superior, com formação em engenharia ou arquitetura e habilitação para a execução do escopo para o qual foi indicado como responsável técnico, com validade na data de recebimento dos documentos. Esta certidão será dispensada caso o nome do profissional conste como responsável técnico na certidão de registro de pessoa jurídica da licitante.

9.8.2.1. Buscando aferir a **Capacidade Técnico-Profissional**, a licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data de abertura das propostas, profissionais de nível superior comprovando a realização de serviços semelhantes e compatíveis em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional ao especificado neste Edital. Será considerado integrante do quadro permanente da empresa licitante o profissional que for sócio, diretor, empregado de caráter permanente ou responsável técnico da empresa perante o CREA e/ou CAU.

9.8.2.2. Entende-se, para fins deste Edital, como pertencente ao quadro técnico da licitante o Sócio, Diretor, Empregado, Responsável Técnico ou Profissional contratado.

9.8.2.3. A comprovação de vinculação dos profissionais deverá atender aos seguintes requisitos:

- Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;
- Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;



d) Responsável Técnico: cópia da Certidão expedida pelo CREA ou CAU da Sede ou Filial da Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico ou a apresentação de um dos seguintes documentos:

- d.1) Ficha de registro do empregado - RE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho; ou
- d.2) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional; ou
- d.3) Contrato Social ou último aditivo se houver; ou
- d.4) Contrato de prestação de serviços sem vínculo empregatício;
- d.5) Profissional contratado: Contrato de Prestação de Serviço.
- d.6) Declaração de Contratação futura.

9.8.2.4. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional todos serão desclassificados.

9.8.2.5. A proponente deverá apresentar Declaração dos profissionais que irão compor sua Equipe Técnica, conforme **Anexo X** deste edital - DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA. Esse termo deverá ser firmado pelo representante da Licitante.

9.8.2.6. A proponente deverá apresentar o currículo dos profissionais que irão compor sua equipe conforme **Anexo XI** deste edital – MODELO DE CURRÍCULO PROFISSIONAL.

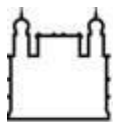
9.8.2.7. Os integrantes da Equipe Técnica deverão ser obrigatoriamente os profissionais que efetivamente irão executar e assumir a responsabilidade técnica pelos serviços para os quais foram indicados.

9.8.2.8. A Equipe Técnica deverá ter formação específica nas respectivas áreas de atuação, de acordo com as atribuições conferidas pelo CREA e/ou CAU.

9.8.2.9. As disciplinas, cujos responsáveis técnicos deverão apresentar atestado da Experiência Profissional, para efeito de pontuação na licitação, estão dispostas no Quadro 2:

A Equipe Técnica deverá ter formação específica nas respectivas áreas de atuação, de acordo com as atribuições conferidas pelo CREA e/ou CAU. As disciplinas, cujos responsáveis técnicos deverão apresentar atestado quanto a **Experiência Profissional** para efeito de pontuação na licitação, são:

Quadro 2

**Relação de Profissionais que deverão apresentar atestados para comprovação de Experiência Profissional**

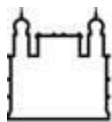
Profissional	Escopo
a) Engenheiro eletricitista ou profissional com atribuições compatíveis comprováveis por Órgão/Conselho de Classe	Projetos de energia elétrica
b) Arquiteto e urbanista	Projetos de arquitetura
c) Eng. Civil ou Eng. de segurança do trabalho	Projeto de instalações de combate a incêndio
d) Engenheiro de automação ou profissional com atribuições compatíveis comprováveis por Órgão/Conselho de Classe	Projeto de automação

OBS.:

- A licitante deverá apresentar ao menos 1(um) Atestado para cada item da relação de Atestados Obrigatórios, escopo do quadro 2.
- Será permitida o acúmulo de funções para um mesmo profissional desde que possua habilitação técnica e atribuições profissionais para tal atividade, respeitando as informações dos respectivos órgãos de classe e os requisitos solicitados no projeto básico que integra a licitação.
- Será admitida a apresentação de Atestados em nome de mais de um profissional com vínculo formal para com a licitante.
- Caso as Exigências dos Atestados Complementares estejam contidas em algum dos Atestados Obrigatórios apresentados de um mesmo profissional, este atestado poderá ser contabilizado em quantas Exigências Complementares ele comprovar.
- Os Atestados Complementares poderão ser de outro(s) profissional(is) que não aquele portador do Atestado Obrigatório, desde que este(s) outro(s) profissional(is) venham a compor a equipe mínima da CONTRATANTE durante todo o projeto.

9.8.2.10. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata o subitem anterior poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.8.2.10.1. Somente será admitida a substituição de qualquer profissional, cujos Atestados tenham contribuído para a classificação da licitante, por outro com acervo técnico equivalente



ou superior ao apresentado na licitação para o profissional a ser substituído.

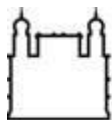
9.8.2.10.2. A proposta de substituição de profissional deverá ser feita por escrito, devidamente fundamentada, e incluirá a indicação do novo profissional com a comprovação de seu acervo técnico, acompanhada da baixa da ART ou RRT do profissional que está sendo substituído.

9.8.2.10.3. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela Fiscalização. Salvo por caso fortuito ou força maior, a eventual substituição de profissional não poderá, em nenhuma hipótese, ser alegada como motivo para a alteração de quaisquer das condições contratuais, particularmente dos prazos.

9.8.2.11. Observando o Acórdão nº 3.070/2013 do TCU, no qual entende que: *“é legal, para a comprovação da capacidade técnico-profissional da licitante, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior, compatíveis com o objeto que se pretende contratar”*. De acordo com o Relator, *“a interpretação que mais se coaduna com o interesse da Administração de se resguardar quanto à real capacidade técnica da licitante de prestar adequadamente os serviços pactuados é a que vincula a vedação de exigências de quantidades mínimas ao número de atestados, e não aos serviços objeto dos atestados fornecidos”*. Assim, serão adotados os critérios e parâmetros relacionados no **Quadro 3**, considerados como relevantes e de complexidade similar ao objeto desta licitação para comprovação da Experiência Profissional.

9.8.2.12. **IMPORTANTE:** Conforme indicado pelo Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos – IBEC e pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Norte, a FIOCRUZ adota a seguinte categorização de profissionais:

- a) **Junior – 2 a 5 anos de formado;**
- b) **Pleno – 5 a 10 anos de formado;**
- c) **Sênior – mais de 10 anos de formado.**

**Quadro 3 – EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL****Quadro 3**

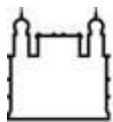
Escopo Quadro 2	Experiência Profissional (EP)	Atestados Obrigatórios Exigência	Pontos Mínimos	Pontos Máximos
a)	Engenheiro eletricista ou profissional com atribuições compatíveis comprováveis por Órgão/Conselho de Classe	Elaboração de projeto executivo de "subestações de energia elétrica" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]	5	20
b)	Arquiteto e urbanista	Elaboração de projeto executivo de "edificações fabris" ou "subestações de energia elétrica" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10
c)	Eng. Civil ou Eng. de segurança do trabalho	Elaboração de projeto executivo de "redes de combate a incêndio" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10
d)	Engenheiro de automação ou profissional com atribuições compatíveis comprováveis por Órgão/Conselho de Classe	Elaboração de projeto executivo de "automação de subestações elétrica" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10
PONTUAÇÃO			20	50

9.8.2.13. Caso as Exigências dos Atestados Complementares estejam contidas em algum dos Atestados Obrigatórios apresentados de um mesmo profissional, este atestado poderá ser contabilizado em quantas Exigências Complementares ele comprovar.

9.8.2.14. A licitante terá uma nota de **"Proposta Técnica"** resultante do somatório das notas atribuídas para **Experiência da Empresa (EE)**, **Experiência Profissional (EP)**, ou seja:

$$PT = EE + EP$$

9.8.3. A licitante deverá obter o valor de proposta técnica mínima onde, a empresa que não obtiver a nota mínima, em cada um dos quesitos estabelecidos para avaliação da Experiência da Empresa "EE", Experiência Profissional "EP" estará desabilitada.



Quadro 4

Proposta Técnica	NOTAS	
	Mínimas	Máximas
Experiência da Empresa (EE)	10	25
Experiência Profissional (EP)	20	50
Total	30	75

9.8.4. Após calculada a pontuação técnica (**PT**) de todas as propostas apresentadas pelos licitantes habilitados, será selecionada a pontuação técnica máxima (**PT_{max}**), dentre os referidos licitantes, para fins de cálculo do **Índice Técnico (IT)**. O Índice Técnico (**IT_i**) será obtido mediante a divisão da pontuação técnica da proposta em exame (**PT_i**), obtida conforme os critérios constantes do item 3, pela maior pontuação técnica dentre todas as propostas julgadas, de acordo com a seguinte fórmula:

$$IT_i = \frac{PT_i}{PT_{max}}$$

Onde:

IT_i = Índice Técnico da proposta em exame

PT_i = Pontuação Técnica da proposta em exame

PT_{max} = Maior pontuação técnica obtida entre os licitantes

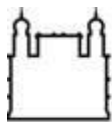
Os empates porventura ocorridos no julgamento das Propostas Técnicas somente serão decididos após a classificação final dos licitantes.

9.8.5. Os empates porventura ocorridos no julgamento das Propostas Técnicas somente serão decididos após a classificação final dos licitantes.

9.8.6. Os valores referidos neste item serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

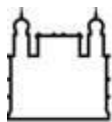
9.8.7. Após a análise e classificação das propostas técnicas, o Presidente lançará no Comprasnet a pontuação atribuída a cada licitante.

9.8.8. Caso todas as Propostas Técnicas sejam desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitações poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para que os licitantes apresentem novas propostas sanadas das causas que determinaram sua desclassificação.



10. DA ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 10.1. O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos neste edital, sendo vedado computar vantagens não previstas, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 10.2. Será desclassificada a proposta cujo valor torne o preço do objeto manifestamente inexequível.
 - 10.2.4. A Administração deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.
 - 10.2.4.1. Na hipótese de que trata o subitem anterior, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.
- 10.3. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários.
 - 10.3.4. No cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles previstos nos §§ 3º ou 4º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja igual ou inferior ao valor calculado a partir do sistema de referência utilizado.
 - 10.3.5. Em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela administração pública, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro poderão exceder o limite fixado no subitem anterior.
 - 10.3.6. As alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares do projeto básico não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato.
 - 10.3.7. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado pela administração pública não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.
- 10.4. Caso haja erros ou divergências entre os valores, serão considerados, para efeito de julgamento, os seguintes parâmetros:
 - 10.4.4. Erro de transcrição das quantidades constantes da planilha em relação à proposta: serão considerados os valores unitários e as quantidades constantes da planilha, corrigindo-se o valor total com base no produto obtido.
 - 10.4.5. Erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente obtida da planilha: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade, corrigindo-se o produto.



10.4.6. Erro de adição: será retificado, com base no valor obtido no somatório das parcelas.

10.4.7. O valor máximo que a FIOCRUZ admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação é o global por ela estimado. O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública, elaborado com base nos parâmetros previstos no § 3º, do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011.

10.4.7.1. As Planilhas deverão ser enviadas em arquivo Excel para possibilitar a conferência adequada.

10.4.7.2. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.

10.4.7.3. A composição dos custos unitários deverá ser demonstrada quando estes diferirem daqueles constantes dos sistemas de referências adotados nas licitações.

10.4.7.4. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

10.4.7.5. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

10.4.7.6. A economicidade da proposta será aferida com base nos custos globais e unitários, conforme art. 42, do Decreto nº 7.581/2011.

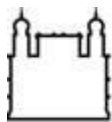
10.4.7.6.1. O valor global da proposta não poderá superar o orçamento estimado pela administração pública, com base nos parâmetros previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011.

10.4.7.6.2. Diante da adoção do regime de empreitada por preço global, serão observadas as seguintes condições:

10.4.7.6.2.1. no cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados custos unitários diferentes daqueles previstos nos §§ 3º, 4º ou 6º do art. 8º da Lei nº 12.462, de 2011, desde que o valor global da proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro seja igual ou inferior ao valor calculado a partir do sistema de referência utilizado;

10.4.7.6.2.2. em situações especiais, devidamente comprovadas pelo licitante em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela administração pública, os valores das etapas do cronograma físico-financeiro poderão exceder o limite fixado no subitem acima.

10.4.7.6.2.2.1. Não havendo aprovação, pela administração, do relatório técnico



circunstanciado de que trata este item, será dada oportunidade ao licitante para ajustar a sua planilha de preços ao lance vencedor, obedecendo os limites dos custos unitários e/ou das etapas, antes de eventual desclassificação.

10.4.8. Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

10.4.8.1. O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Projeto Básico, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

10.4.9. A composição analítica do percentual dos Benefícios e Despesas Indiretas - BDI e dos Encargos Sociais - ES, discriminando todas as parcelas que o compõem;

10.4.9.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

10.4.9.2. O valor do LDI constante da planilha de Orçamento Estimado é uma estimativa da Administração. Cada licitante deverá preencher a sua planilha Composição Analítica do LDI de acordo com os seus custos próprios, de modo a demonstrar analiticamente a composição do LDI e dos Encargos Sociais - ES utilizados na formação do preço global da sua proposta.

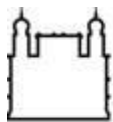
10.4.9.3. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

10.4.9.4. Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

10.4.9.5. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

10.4.9.6. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

10.4.9.7. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples



Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

10.4.9.8. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.

10.4.9.9. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

10.5. Será desclassificada aquela que:

10.5.1. contenha vícios insanáveis;

10.5.2. não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

10.5.3. apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação;

10.5.4. não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração pública; ou

10.5.5. apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável incluindo previsão de oferta de vantagem não prevista no edital (tais quais financiamentos subsidiados ou a fundo perdido) ou apresentação de preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

10.6. Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a setenta por cento do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento estimado pela administração pública, ou

b) valor do orçamento estimado pela administração pública.

10.6.1. Na situação deste item, a administração deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta, mediante diligências na forma deste Edital.

10.6.1.1. Na hipótese acima, o licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

10.6.2. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

10.6.3. As alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais ou estudos técnicos preliminares do projeto básico não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato.

10.7. Sem prejuízo do disposto no item anterior, a Comissão do RDC poderá, de ofício ou mediante provocação fundada de qualquer interessado, realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

10.7.1. Eventual convocação do licitante para envio de documento digital, será por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

10.7.2. É facultada à comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

10.7.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

10.8. O licitante que abandonar o certame ou deixar de enviar a documentação indicada nesta condição será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital e demais legislações pertinentes a matéria.

10.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Licitação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.10. Havendo necessidade, a Comissão de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.11. Tendo em vista que não existem itens exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.12. Caso a licitante melhor classificada não atenda às condições de habilitação será solicitada a apresentação da Proposta ajustada (e seus anexos) da segunda melhor classificada, e assim por diante, até alcançar a proposta válida.

10.13. Após o julgamento das propostas, o sistema, automaticamente, abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para o registro de intenção de recurso dessa fase, momento em que o licitante deverá apresentar motivação, sob pena de preclusão.

10.14. A fase recursal onde cabe a apresentação das razões e contrarrazões de recursos é única e deverá ocorrer após a fase de habilitação, conforme exposto neste edital. Portanto, após a fase de julgamento e aceitação das propostas, cabe ao interessado apenas o registro

da intenção de recorrer, devendo aguardar o encerramento da fase de habilitação para registrar a sua peça recursal no sistema, para quaisquer das fases, desde que registrada a respectiva intenção de recorrer.

10.15. O não atendimento nos prazos previstos neste edital acarretará na desclassificação e/ou a inabilitação do licitante, além de sujeição a possíveis aplicações de penalidades.

10.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Comissão verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10.4.10. Atendidas as exigências do edital, será calculado o Índice de Preço (IP) das propostas apresentadas pelos licitantes classificados no julgamento das Propostas Técnicas.

10.4.11. Para efeito de pontuação da PROPOSTA DE PREÇOS da licitante, o Índice de Preço (IP) será obtido mediante a divisão do menor preço proposto pelos licitantes classificados no julgamento das PROPOSTAS TÉCNICAS (P_{min}) pelo preço da proposta em exame (P_i):

$$IP_i = \frac{P_{min}}{P_i}$$

Onde: IP_i = Índice de Preço da proposta em exame

P_{min} = Menor Preço proposto entre os licitantes

P_i = Preço da Proposta em exame

10.4.12. Os valores referidos neste item serão calculados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

10.4.13. Todos os cálculos relativos ao julgamento das Propostas de Preços serão tabulados em relatórios que contemplem todos os critérios constantes deste edital.

10.4.14. Caso todas as Propostas de Preços sejam desclassificadas a Comissão Permanente de Licitações, responsável pelo julgamento desta licitação, poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para que os licitantes apresentem novas propostas sanadas das causas que determinaram sua desclassificação. Neste caso, permanecerão inalteradas as Propostas Técnicas, bem como o resultado do respectivo julgamento.

11. DA NOTA FINAL E DO JULGAMENTO

11.1. O julgamento será feito pelo somatório das notas de PROPOSTA TÉCNICA e de PROPOSTA DE PREÇOS, sendo a nota de Proposta Técnica terá peso **60% (sessenta por cento) e a nota de Proposta de Preço terá peso de 40% (quarenta por cento)**, totalizando 100% (cem por cento) da pontuação.

11.2. Para a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço optou-se em dar um peso maior à nota técnica por se tratar de um serviço não comum de engenharia em que a experiência da licitante e sua equipe técnica permitirá melhor desempenho nas vistorias e análises e, conseqüentemente, produzir diagnósticos consistentes e priorizar intervenções mais efetivas para o empreendimento. Ao pontuar mais a proposta técnica que a proposta de preço, a FIOCRUZ pretende valorizar as licitantes com mais qualificação técnica a fim de elevar a qualidade da infraestrutura, a eficiência na execução, a segurança da contratação e o atendimento ao interesse público, este último indisponível.

11.3. A classificação das licitantes, cujas propostas sejam consideradas válidas, se dará mediante ponderação entre a pontuação obtida na Proposta Técnica, retratada pelo Índice Técnico (IT), e a obtida na Proposta de Preço, representada pelo Índice de Preço (IP).

11.3.1. A soma do Índice Técnico (IT) e do Índice de Preço (IP) representará a Nota Final (NF) das Propostas Técnica e de Preço, conforme a seguinte fórmula:

$$NF = (0,6 \times IT) + (0,4 \times IP)$$

Onde:

NF = Nota Final

IT = Índice Técnico

IP = Índice de Preço

11.3.2. A obtenção do valor de ponderação das Propostas Técnica e de Preço (NF) representa o julgamento final das propostas.

11.3.3. Após a ponderação, as licitantes serão classificadas na ordem decrescente do valor da Nota Final (NF), sendo considerada vencedora a licitante que obtiver maior pontuação na Nota Final (NF).

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Como condição prévia à aceitação da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela LC 147/2014, o Presidente poderá consultar o Portal da Transparência do Governo Federal, seção “Despesas – Gastos Diretos do Governo – Favorecido (pessoas físicas, empresas e outros)”, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de **R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)**, previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

12.1.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.1.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Presidente deverá indeferir a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar nº 123, de 2006 alterada pela LC 147/2014, com a consequente recusa do lance de desempate, sem prejuízo das penalidades incidentes (ver TCU, Ac. n. 1.793/2011 – Plenário).

12.2. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Propostas equivalentes não serão consideradas iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

12.3. A COMISSÃO reservadamente verificará a conformidade do preço global da PROPOSTA DE PREÇO da licitante de melhor nota, em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação.

12.3.1. Caso o valor da Proposta de preço do licitante detentor de maior nota total se apresente acima do orçamento referencial da Administração, o Presidente poderá abrir negociação com o licitante, com o objetivo de sanar vício.

12.3.2. Para a negociação, poderão ser divulgados os custos dos itens ou das etapas do orçamento estimado pela Administração que estiverem abaixo dos custos ou das etapas ofertados pelo licitante da melhor proposta de preços, para fins de reelaboração da planilha com os valores adequados ao preço final (Acórdão 306/2013-Plenário/TCU).

12.3.3. A negociação ocorrerá segundo a ordem de classificação da pontuação total, sendo realizada por meio do sistema e acompanhada pelos demais licitantes.

12.3.4. Caso haja aceitação do licitante na negociação proposta pela Administração, deverá ser concedido o **prazo de 03 (quatro) horas** para apresentação da PROPOSTA DE PREÇOS REFORMULADA, adequada ao seu valor final, abaixo do valor estimado pela Administração.

12.3.5. Serão DESCLASSIFICADAS as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado, para a contratação, após a negociação prevista nos subitens anteriores.

12.3.6. Após o julgamento das propostas técnicas e de preços, com a pontuação final, o sistema, automaticamente, abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para o registro de intenção de recurso dessa fase, momento em que o licitante deverá apresentar motivação, sob pena de preclusão.

12.3.6.1. A fase recursal onde cabe a apresentação das razões e

contrarrazões de recursos é única e deverá ocorrer após a fase de habilitação, conforme prescrito neste edital. Portanto, após a fase de julgamento e aceitação das propostas técnicas e de preços, cabe ao interessado apenas o registro da intenção de recorrer, devendo aguardar o encerramento da fase de habilitação para registrar a sua peça recursal no sistema.

12.4. Sendo definida a licitante de MAIOR NOTA FINAL, após o julgamento da PROPOSTA TÉCNICA e da PROPOSTA DE PREÇOS será verificado o atendimento das condições de habilitação SOMENTE da licitante que a tiver formulado, mediante apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO de acordo com as exigências estabelecidas neste Edital.

12.5. Caso a licitante melhor classificada não atenda às condições de habilitação será solicitada a apresentação dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da segunda melhor classificada, e assim por diante, até alcançar a proposta válida.

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos **10% (dez por cento)**, a COMISSÃO poderá negociar preços melhores com as empresas subsequentes.

13.2. Essa negociação tem por objetivo aproximar as demais propostas do preço apresentado pela primeira colocada. A primeira colocada não participará dessa reabertura da fase, visto que não será alterada a sua classificação, apenas das subsequentes.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. Os documentos de habilitação deverão vir acompanhados de Carta de Apresentação assinada pelo representante legal da Licitante, ou pela líder do consórcio, conforme **Anexo XII** - CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

15.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de RDC verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

15.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c", "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

15.3.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.3.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.3.1.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3.1.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

15.3.1.2. Constatada a existência de sanção, o Presidente reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

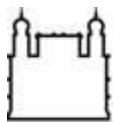
15.5. Art. 21 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018 prevê prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo Presidente no sistema eletrônico, para envio de documentos de habilitação complementares, conforme prevê o § 2º, do art. 38 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

15.5.1. Também será admitida a substituição parcial ou total de documentação de habilitação técnica por certificado de pré-qualificação válido quando da solicitação de sua apresentação pela Comissão de Licitação;

15.5.2. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

15.5.3. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF ou do certificado de pré-qualificação para que estejam vigentes quando da solicitação pela comissão ou encaminhar a respectiva documentação de habilitação atualizada, conforme previsto neste Edital.

15.6. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhar, **no prazo de 2 (duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006. Havendo necessidade de envio de documentos complementares, necessários a esclarecer informações, corrigir impropriedades nos documentos de habilitação ou complementar a instrução do processo, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.



15.6.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

15.6.2. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.6.2.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15.7. Ressalvado a verificação dos documentos de habilitação, porventura, constantes no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

15.7.1. Habilitação jurídica:

15.7.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

15.7.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

15.7.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência.

15.7.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

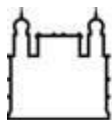
15.7.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

15.7.1.6. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

15.7.1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação.

15.7.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

15.7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;



15.7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

15.7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

15.7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

15.7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

15.7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

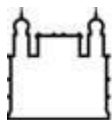
15.7.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.7.3. Qualificação Econômico-Financeira

15.7.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

15.7.3.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

15.7.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou



balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

15.7.3.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

15.7.3.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

15.7.3.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

15.7.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor ofertado pela licitante.

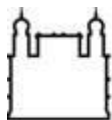
15.7.4. Deverá ser apresentada declaração de contratos firmados, conforme **Anexo XIII** deste edital, a fim de verificar o comprometimento do Patrimônio Líquido do licitante.

15.1. Vistoria ao local:

15.1.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, no modelo do **Anexo XI**;

15.1.1.1.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

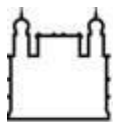
15.1.1.1.2. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto, constantes dos documentos



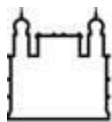
técnicos que integram o Projeto Básico, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

- 15.1.1.1.2.1. **Os serviços serão executados no Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Manguinhos - RJ, na Avenida Brasil, nº 4.365 em Manguinhos, Rio de Janeiro. A vistoria deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 horas e somente será realizada em horário comercial até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data de recebimento dos envelopes e credenciamento.**
- 15.1.1.1.2.2. A vistoria será acompanhada por um representante da FIOCRUZ, que ficará encarregado de permitir o acesso do interessado no local da execução do objeto.
- 15.1.1.1.2.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 15.1.1.1.2.4. Será necessário agendamento de datas e horários específicos para cada licitante, de modo a preservar o caráter competitivo do certame, com base no Acórdão 1842/2013-Plenário – TCU.
- 15.1.1.1.2.5. **O agendamento da vistoria deverá ser efetuado até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura do certame, junto ao Departamento de Arquitetura e Engenharia da COGIC/FIOCRUZ pelo telefone (21) 2209-2165, no horário de 09h00min às 16h00min.**
- 15.1.1.1.2.6. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato, bem como deverá estar munido do ATESTADO DE VISTORIA, conforme modelo do **Anexo XI**.
- 15.1.1.1.2.7. Eventuais dúvidas de natureza técnica, decorrente da realização da vistoria deverão ser encaminhadas a Comissão de Licitação, através do e-mail segec.cogic@fiocruz.br e dae@fiocruz.br antes da data fixada para a sessão pública.

15.1.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital. Somente mediante autorização do Presidente e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação através do e-mail: segec.cogic@fiocruz.br.



- 15.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 15.2.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 15.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 15.3.1. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 15.4. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 15.5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 15.6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 15.7. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 15.8. No julgamento da habilitação, o Presidente poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 15.9. Todos os documentos deverão estar em nome do licitante. Se o licitante for matriz, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz. Se for filial, os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, salvo aqueles que, por sua natureza, comprovadamente, são emitidos em nome da matriz.
- 15.10. Após habilitar o item, o sistema, automaticamente, abrirá prazo para o registro de intenção de recurso da fase de habilitação, momento em que o licitante deverá apresentar motivação, sob pena de preclusão.



- 15.11. Os prazos e procedimentos para interposição de recursos, contrarrazões e decisões, ocorrerão na forma do item 17 deste edital.
- 15.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro no julgamento das propostas ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa anterior ao aceite das propostas.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (*chat*) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DOS RECURSOS

17.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, poderá o licitante, que desejar apresentar recurso, manifestar a intenção de recorrer imediatamente após o término de cada sessão, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

17.1.1. São suscetíveis de recurso neste momento as seguintes decisões:

17.1.1.1. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

17.1.1.2. julgamento das propostas;

17.1.2. Independentemente do momento de realização do ato a ser recorrido, o recurso deverá ser apresentado nesta fase recursal única.

17.2. Os licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, em campo próprio do sistema, após o término de cada sessão, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

17.3. Havendo quem se manifeste, caberá à Comissão de Licitação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

17.3.1. Nesse momento a Comissão de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

17.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

17.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de cinco dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros cinco dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.3.4. A competência e prazo para análise do recurso observará o disposto no art. 56 do Decreto nº 7.581, de 2011, conforme a seguir:

17.3.4.1. As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, conforme o caso.

17.3.4.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 5 (cinco) dias úteis e começará imediatamente após o encerramento do prazo a que se refere o subitem anterior (prazo de recurso).

17.3.4.3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, cabendo a esta reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão do recurso ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do seu recebimento.

17.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço: Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi, Serviço de Gestão de Compras e Contratos/SEGEC, situado na Av. Brasil, 4365, Campus da FIOCRUZ Manguinhos – RJ – Sala 13 – CEP: 21040-360, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 09h00min às 12h00min e das 13h00min às 15h00min, a partir da data de publicação.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Finalizada a fase recursal, a administração pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

18.2. Exaurida a negociação prevista no subitem anterior, constatada a regularidade dos

atos praticados, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade competente, que poderá:

18.2.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis.

18.2.2. Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável.

18.2.3. Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou

18.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

18.3. As normas referentes a anulação e revogação de licitações previstas no [art. 49 da Lei nº 8.666, de 1993](#), aplicam-se às contratações regidas pelo RDC.

18.4. Caberá recurso no prazo de **cinco dias úteis** contado a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto no item 17 desse edital, no que couber.

19. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme a seguir.

19.2. A CONTRATADA, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

19.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.2.2. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a FIOCRUZ a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do contrato a título de garantia, a serem depositados junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor da FIOCRUZ.

19.2.3. Os licitante classificados, cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b" do §1º no art. 48 da lei nº 8.666/93, será exigida, para assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta.

19.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

19.4. A garantia assegurará qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.4.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

19.4.2. Prejuízos causados à FIOCRUZ ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

19.4.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela FIOCRUZ à CONTRATADA.

19.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da FIOCRUZ, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições aditadas.

19.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.8. A FIOCRUZ não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

19.8.1. Caso fortuito ou força maior.

19.8.2. Alteração, sem prévia anuência da CONTRATADA, das obrigações contratuais.

19.8.3. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela FIOCRUZ.

19.8.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da FIOCRUZ.

19.8.5. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

19.9. Será considerada extinta a garantia:

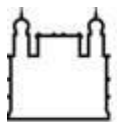
19.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da FIOCRUZ, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

19.9.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a FIOCRUZ não comunique a ocorrência de sinistros.

19.9.3. **DA GARANTIA ADICIONAL**

19.9.4. Conforme a lei 8.666, poderá ser exigida garantia adicional das propostas que sejam próximas ao limite da inexecutabilidade, de acordo com o art. 48:

Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem às alíneas "a" e "b" do § 1º no art. 48 da referida lei, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no



§ 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

19.9.5. A garantia a que se refere este item será liberada e/ou restituída após a comprovação do cumprimento e aceitação definitiva do objeto do Contrato.

20. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1. Os contratos administrativos celebrados serão regidos pela Lei nº 8.666/1993, com exceção das regras específicas previstas na Lei nº 12.462/2011 e no Decreto nº 7.581/2011.

20.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

20.3. O vencedor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, que obedecerá ao modelo **Anexo XII** deste Edital - TERMO DE CONTRATO, sob pena de decair do direito à contratação. Sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.3.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

20.3.2. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

20.3.3. O aceite da nota de empenho ou instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada implica no reconhecimento de que:

20.3.4. Referida nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da lei 8.666/93.

20.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, CEIS, CNJ e TST, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

20.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

20.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

20.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares assinar o contrato nas condições ofertadas pelo licitante originalmente vencedor.

20.6.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a administração pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

20.7. A CONTRATADA ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da FIOCRUZ.

20.8. A CONTRATADA obriga-se, em especial, a apresentar todas as documentações exigidas, atualizadas e em dia com as obrigações legais relativas à sua profissão, incluída as respectivas ART's dos profissionais ora envolvidos no presente contrato em um prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato.

20.8.1. Em caso de substituição do profissional após o início do projeto, a CONTRATADA se obriga a apresentar as ART's dos novos profissionais em substituição ao profissional anterior em um prazo máximo de 10 (dez) dias, após a sua aprovação pela CONTRATANTE.

20.9. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de LDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e aos arts. 14 e 15 do Decreto n. 7.983/2013.

21. DOS PRAZOS CONTRATUAIS

21.1. **O prazo de vigência do contrato será de 300 dias, conforme nota técnica,** contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, inciso i, da Lei nº 8.666/93.

21.2. **O prazo de execução dos serviços será de 180 dias, conforme nota técnica,** a contar da data constante na Autorização para início dos serviços, emitida pela FIOCRUZ.

21.2.1. A expedição da Ordem de Serviço somente se efetivará após a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União e a entrega da “Garantia de Cumprimento do Contrato”.

21.2.2. A reunião de partida do contrato entre a CONTRATADA e a FIOCRUZ acontecerá após a convocação da fiscalização, na sede do FIOCRUZ no Campus Manguinhos, no Rio de Janeiro. Nessa reunião, as partes deverão apresentar mutuamente as suas equipes técnicas.

22. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

22.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.

23. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

23.1. O recebimento do objeto se dará:

23.1.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA.

23.1.2. Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/93.

23.1.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

23.2. A Fiscalização do objeto se regerá pelas disposições contidas no Projeto Básico e no Termo de Contrato, Anexos deste Edital.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

24.1. As obrigações da CONTRATANTE e CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, Termo de Contrato, e todos os anexos deste Edital.

25. DO PAGAMENTO

25.1. O pagamento será efetuado pela Contratante após a conclusão de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da execução do objeto e dos materiais empregados.

25.1.1. Esse prazo abrange tanto o prazo para a empresa apresentar a Nota Fiscal/Fatura, disciplinado abaixo, como o prazo para o fiscal atestá-la, e demais trâmites burocráticos. Ou seja, é o prazo desde a apresentação até o envio da ordem bancária.

25.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplimento da parcela da contratação a que aquela se referir.

25.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

25.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à etapa do cronograma físico-financeiro executada.

25.4. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma, conforme Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário, no item 9.3.2.2: “[...] estabelecer, nos editais de licitação, critério objetivo de medição para a administração local, estipulando pagamentos proporcionais à execução financeira da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo, evitando-se, assim, desembolsos indevidos de administração local em virtude de atrasos ou de prorrogações injustificadas do prazo de execução contratual, com fundamento no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e nos arts. 55, inciso III, e 92, da lei nº 8.666/1993;”

25.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

25.5.1. Não produziu os resultados acordados.

25.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida.

25.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

25.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pela Contratada.

25.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

25.8. Conforme art. 31 da IN SEGES 03/2018, a cada pagamento ao fornecedor a Administração realizará consulta ao Sicaf para verificar a manutenção das condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

25.8.1. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018;

25.8.2. O prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;

25.8.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

25.8.4. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;

25.8.5. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao Sicaf; e

25.8.6. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular no Sicaf.

25.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

25.10. No momento do pagamento, a título de tributos e contribuições federais serão retidas na fonte as alíquotas correspondentes ao serviço a ser executado, discriminadas na IN RFB nº 1.234/2012.

25.10.1. Será retida na fonte, a título de "Retenção para a Seguridade Social", a alíquota correspondente incidente sobre o valor bruto da Nota Fiscal do serviço, na forma do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto nº 3.048/99 e IN RFB nº 971/09, excluídos os casos previstos nessa legislação.

25.11. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = 0,00016438

I = (6/100)

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As sanções previstas neste Edital, além das previstas no projeto básico, são advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462/2011.

26.2. As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicam-se às licitações e aos contratos regidos pela Lei do RDC, conforme prescreve o § 2º, do art. 47 da Lei nº 12.462/2011.

26.3. Comete infração administrativa, nos termos do art. 47 da Lei nº 12.462, de 2011, o licitante que:

26.3.1. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, inclusive nas hipóteses previstas no item 14.6 deste Edital;

26.3.2. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;

26.3.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

26.3.4. não manter a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;

26.3.5. fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;

26.3.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou

26.3.7. der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

26.4. Considera-se comportamento inidôneo a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

26.5. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

26.5.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

26.5.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

26.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

26.5.4. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais.

26.5.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

26.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

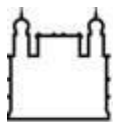
26.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

26.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

26.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

26.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

26.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 12.462, de 2011, e subsidiariamente nas Leis nº 8.666, de 1993 e 9.784, de 1999.



26.11.1. Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade, observado o disposto nos arts. 53 a 57 do Decreto nº 7.581/2011, no que couber.

26.11.2. O recurso será dirigido a Autoridade Superior, por intermédio da Autoridade Competente que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

26.11.3. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União.

26.11.4. Após o julgamento do (s) recurso(s) ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente, que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF.

26.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

26.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

26.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Projeto Básico.

26.15. Para efeito das sanções previstas neste edital, considera-se:

26.15.1. **INEXECUÇÃO PARCIAL DO OBJETO**, quando:

26.15.1.1. A CONTRATADA executar, até o final de 40% do prazo de execução do objeto, menos de 30% do previsto no cronograma físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela Fiscalização.

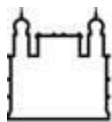
26.15.1.2. A CONTRATADA executar, até o final de 70% do prazo de execução do objeto, menos de 60% do previsto no cronograma físico-financeiro por ela apresentado e aprovado pela Fiscalização.

26.15.1.3. A CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, menos de 80% do total do contrato.

26.15.1.4. Houver atraso injustificado por mais de 60 [sessenta] dias após o término do prazo fixado para a conclusão do serviço.

26.15.1.5. Houver falhas reiteradas na execução do serviço, caracterizando imperícia técnica.

26.15.2. **INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO**, quando:



26.15.2.1. Houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 [quinze] dias após a emissão da Ordem de Serviço pelo FIOCRUZ, incluindo a não apresentação de documentação, como, por exemplo, ART.

26.16. **ADVERTÊNCIA** é o aviso por escrito emitido ao CONTRATADO e será expedido pela Autoridade Competente, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, bem como nos casos de descumprimento de obrigação em fase de execução contratual.

26.17. **MULTA** é a sanção pecuniária que será imposta ao CONTRATADO, pela Autoridade Competente, por imperícia técnica, omissão e/ou atraso injustificado na entrega da execução dos serviços.

26.17.1. As multas serão aplicadas nos seguintes percentuais:

26.17.1.1. **0,3% [três décimos por cento]** por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a etapa de execução prevista no cronograma físico-financeiro em validade e de seus aditivos.

26.17.1.2. **15% [quinze por cento]** sobre o valor atualizado do contrato no caso de recusa do contratado em retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração.

26.17.1.3. **15% [quinze por cento]** sobre o saldo do contrato atualizado por inexecução parcial.

26.17.1.4. **20% [vinte por cento]** sobre o valor atualizado do contrato, pela inexecução total do contrato.

26.17.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

26.17.3. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, observada a seguinte ordem:

26.17.3.1. Mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA.

26.17.3.2. Mediante quitação do valor da penalidade por parte da licitante.

26.17.3.3. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato e:

26.17.3.4. Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

26.17.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à CONTRATADA pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado [IGP-M] ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

26.17.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

26.18. **SUSPENSÃO** é a sanção imposta ao CONTRATADO, impedindo-o temporariamente de participar de licitações e de contratar com a FIOCRUZ, pelo prazo que o órgão fixar e será arbitrado de acordo com a natureza e a gravidade da falta, respeitado o limite de 2 (dois) anos, conforme estabelecido no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

26.19. **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** é a penalidade administrativa decorrente de irregularidade praticada pelo CONTRATADO, com fundamento legal constante na Lei 8.666/93, e, será aplicada pelo Ministro de Estado da Saúde, à vista dos motivos informados na instrução processual, na forma do art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

26.19.1. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou e será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e depois de decorrido o prazo da sanção, não superior a 2 (dois) anos.

26.19.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial da União e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos da Federação.

26.20. **IMPEDIMENTO DE LICITAR**, com fundamento no art. 47, da Lei nº 12.462/2011, tal penalidade impede a licitante e/ou a CONTRATADA de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das demais cominações legais.

26.21. Independentemente das sanções legais cabíveis, a licitante ou a CONTRATADA ficará sujeito, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

27. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

27.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

28. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

28.1. **Até 5 (cinco) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

28.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail segec.cogic@fiocruz.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Av. Brasil nº 4.365 – prédio sede da Cogic - Setor de Protocolo Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ Brasil - CEP: 21.040-900.

28.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

28.4. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Comissão de Licitação até **05 (cinco) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

28.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

28.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão, nos autos do processo de licitação.

28.7. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

28.8. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

29. DA OPÇÃO PELO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES/RDC

29.1. A adoção pelo RDC visa ampliar a eficiência nesta contratação, a competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, diretrizes do RDC.

29.2. A opção pelo RDC eletrônico está amparada na Lei nº. 12.462/2001 e no Decreto nº. 7.581/2011, visando maior transparência e ampliação do universo de competidores.

29.3. O Decreto que regulamenta o RDC estabelece um elenco a ser seguido pela Administração Pública, a fim de que esta possa definir, de modo preciso e satisfatório, as condições da disputa e do contrato a ser executado, tendo esta gestão perseguido tais objetivos desde o planejamento da presente contratação.

29.4. A ampliação do escopo de utilização do RDC (Inciso V, da Lei nº 12.745, de 2012) torna possível a sua utilização para obras e serviços de engenharia no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), onde a Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, no cumprimento de sua missão, encontra campo para adesão, tendo em vista a importância da Instituição em programas do SUS, na busca pela ampliação da oferta de serviços e a radicalização da prevenção e da promoção da saúde, sendo indiscutível e essencial o seu crescimento para a saúde da população brasileira.

29.5. Além disso, com o advento da Lei nº 13.243, de 2016, tornou-se possível o seu uso para as ações em órgãos e entidades dedicados à ciência, à tecnologia e à inovação. Assim, por possuir como uma de suas macro diretrizes a atuação integrando ciência, tecnologia, inovação e saúde para o desenvolvimento sustentável, novamente, a FIOCRUZ está autorizada a utilizar o RDC, neste caso, para quaisquer objetos que pretenda licitar.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Da sessão pública do RDC divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão de Licitação.

30.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Comissão de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

30.4.1. É facultado à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

30.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

30.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

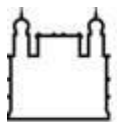
30.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

30.11. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades contratuais.

30.12. Todos os trabalhos deverão ser executados por mão de obra qualificada, devendo o contratado estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes das Especificações Técnicas.

30.13. A atuação da Licitante perante a Comissão de Licitação, assim como na execução do Contrato será registrada e constará dos certificados e declarações solicitadas.

30.14. A participação nesta licitação implicará aceitação integral e irretratável de suas



normas, do Edital e do Projeto Básico, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.

30.15. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

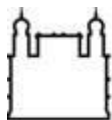
30.16. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

30.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra através do Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Av. Brasil 4365 – prédio sede da Cogic sala 13 – Manguinhos/RJ, nos dias úteis, no horário das 09h00min horas às 16h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

30.18. Os documentos que integram o edital e não puderam ser transferidos ao portal devido ao seu tamanho em MB, serão disponibilizados para download do arquivo completo no site da COGIC: www.cogic.fiocruz.br.

30.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos os seguintes Anexos:

Anexo I	-	Modelo de Solicitação de Esclarecimento
Anexo II	-	Proposta Proforma (proposta de preços)
Anexo III	-	Carta de apresentação da Proposta de preço
Anexo IV	-	Projeto Básico
Anexo V	-	Planilha de custos
Anexo VI	-	Planilha de composição analítica do LDI
Anexo VII	-	Cronograma Físico-financeiro
Anexo VIII	-	Planilha de composições de custos unitários
Anexo IX	-	Apresentação de Proposta técnica: operacional e profissional
Anexo X	-	Declaração de Equipe Técnica
Anexo XI	-	Modelo de Currículo Profissional
Anexo XII	-	Carta de apresentação dos documentos de habilitação
Anexo XIII	-	Declaração de Contratos firmados



- Anexo XIV - Atestado de Vistoria
- Anexo XV - Minuta de Contrato
- Anexo XVI - Termo de Compromisso e Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais
- Anexo XVII - Termo de compromisso de sigilo de informações
- Anexo XVIII - Comprovação de Proposta Técnica
- Anexo IXX - Comprovação de Proposta Técnica

Rio de Janeiro, 11 de março de 2021.

RAFAEL GARCIA DIAS DA SILVA

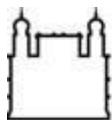
Chefe do Serviço de Compras – COGIC/FIOCRUZ

Mat. SIAPE 1554544

ADRIANO DE SOUZA BRAGA

Presidente Substituto da Comissão/RDC – COGIC / FIOCRUZ

Mat. SIAPE 3003093



ANEXO I

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTO

Prezados senhores, observando o disposto no art. 45, I, da lei nº 12.462/11, e os termos deste edital, a empresa licitante _____, por seu representante legal _____, solicita os seguintes esclarecimentos, referentes ao **RDC 04/2021-COGIC:**

1. Item do edital (____) - Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
2. Item do edital (____) - Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
3. Item do edital (____) - Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta
4. Item do edital (____) - Escrever de forma clara o pedido de esclarecimento desejado em forma de pergunta

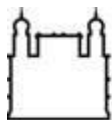
Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: O modelo deve ser utilizado para os pedidos de esclarecimento enviados por e-mail, conforme item 26 deste edital, devendo ser anexo no formato documento de word (DOC).



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

PROCESSO Nº: 25389.000188/2020-61

RDC ELETRÔNICO 04/2021-COGIC

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA PROFORMA

(PROPOSTA DE PERCENTUAL DE DESCONTO E DE PREÇO)

Emitida em: xx/xx/xxxx

Documento:

Data da Licitação: **27/04/2021**

Proponente:

Endereço:

Bairro:

UF:

CNPJ/MF

Banco:

Agência:

Inscrição no SIMPLES: [] SIM [] NÃO

Validade da Proposta: 120 dias

Prazo de Entrega:

Processo: **25389.000188/2020-61**

Hora da Licitação: **10:00 horas**

Telefone:

Fax:

Cidade:

CEP:

Insc. Estadual:

Conta Bancária:

Item 1

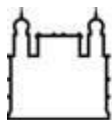
Contratação de Serviço de Engenharia para Elaboração de Projeto para Adequação Reforma e Modernização de Parte do Sistema de Distribuição Elétrica do Campus de Manguinhos Apontando as Adequações Físicas Necessárias nas Subestações ETG 02 e ETG 11, Objetivando a Desativação e Transferência das Cargas das Subestações ETG 16, ETG 01 E ETG 17, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, neste Edital e demais Anexos.

Unidade: SERV - Quantidade: 1.

Valor Total: R\$ _____ (extenso)

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Av. Brasil, 4365 – Manguinhos - CEP:21040-360 - PABX: (21)2209-2020
Rio de Janeiro - RJ - Brasil



ANEXO III

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

[Razão social da licitante], CNPJ Nº _____, apresenta sua proposta para execução [objeto do certame], pelo preço global de R\$ _____ [valor por extenso], para execução em _____ [_____] dias consecutivos, conforme Planilha de Composição de Custos E Cronograma físico-financeiro em anexo, e declara que:

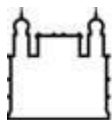
1. Na proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à FIOCRUZ;
2. O prazo de validade da Proposta de Preços é de _____ [_____] dias corridos, a contar da data de abertura da licitação;
3. Foram utilizados no orçamento a Taxa de LDI de _____%, Encargos Sociais de _____%, e TRDE de _____%;
4. O Regime Tributário a que está sujeito é o de [Lucro Real ou Lucro Presumido];
5. Na hipótese de adjudicação do objeto da presente licitação em favor do presente declarante, o licitante compromete-se a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e indica para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº _____, expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como seu representante;
6. Possui pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em epígrafe, e plena concordância com as condições estabelecidas em seu Edital, inclusive seus anexos.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

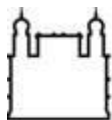


ANEXOS IV a VIII

OBS.: O Projeto Básico é composto pelo memorial descritivo, planilha orçamentária (itens e quantitativos), cronograma físico-financeiro, projetos, pranchas e demonstrativo de cálculo de BDI, representando os Anexos IV ao VIII que se encontram nos autos do processo, e dentro do arquivo compactado [extensão “.zip”] que agrega todos os arquivos que fazem parte do edital disponível no Portal ComprasNet: [www.comprasgovernamentais.gov.br], ou no site www.cogic.fiocruz.br.

Composição dos Anexos:

- | | |
|-------------------|---|
| Anexo IV | - Projeto Básico |
| Anexo V | - Planilha de custos |
| Anexo VI | - Planilha de composição analítica do LDI |
| Anexo VII | - Cronograma Físico-financeiro |
| Anexo VIII | - Planilha de composições de custos unitários |

**ANEXO IX****QUADRO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA (OPERACIONAL)**

DECLARAMOS, para fins de participação no procedimento licitatório RDC-e Nº **04/2021** da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a Proposta Técnica apresentada, no quesito **EXPERIÊNCIA DA EMPRESA** se comprova segundo os Atestados/CAT's abaixo relacionados.

16. Quadro 1

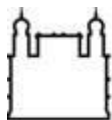
CAPACITAÇÃO TÉCNICA (CT)	ATESTADOS OBRIGATÓRIOS EXIGÊNCIA	PONTOS MÍNIMOS	PONTOS MÁXIMOS
Empresa Licitante	Elaboração de projetos executivos de energia elétrica para "subestações de energia elétrica". [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]	5	20
Empresa Licitante	Elaboração de projetos executivos de arquitetura para "subestações de energia elétrica". [5 (cinco) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]	5	5
Totais mínimos e máximo possíveis		10	25

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

**ANEXO IX****QUADRO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA TÉCNICA (PROFISSIONAL)**

DECLARAMOS, para fins de participação no procedimento licitatório RDC Nº **04/2021** da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a Proposta Técnica apresentada, no quesito **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL** se comprova segundo os Atestados/CAT's abaixo relacionados.

Quadro 3

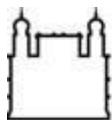
Escopo Quadro 2	Experiência Profissional (EP)	Atestados Obrigatórios Exigência	Pontos Mínimos	Pontos Máximos
a)	Engenheiro eletricista ou profissional com atribuições compatíveis comprováveis por Órgão/Conselho de Classe	Elaboração de projeto executivo de "subestações de energia elétrica" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 4 (quatro) atestados]	5	20
b)	Arquiteto e urbanista	Elaboração de projeto executivo de "edificações fabris" ou "subestações de energia elétrica" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10
c)	Eng. Civil ou Eng. de segurança do trabalho	Elaboração de projeto executivo de "redes de combate a incêndio" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10
d)	Engenheiro de automação ou profissional com atribuições compatíveis comprováveis por Órgão/Conselho de Classe	Elaboração de projeto executivo de "automação de subestações elétrica" [5 (pontos) pontos por atestado, no máximo de 2 (dois) atestados]	5	10
PONTUAÇÃO			20	50

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

**ANEXO X****DECLARAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA**

DECLARAMOS, para fins de participação na licitação em epígrafe, que a Equipe Técnica qualificada será constituída pelos profissionais responsáveis técnicos abaixo relacionados:

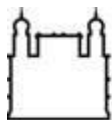
CARGO (ORGANOGRAMA)	NOME

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

PROCESSO Nº: 25389.000188/2020-61

RDC ELETRÔNICO 04/2021-COGIC

ANEXO XI
MODELO DE CURRÍCULO PROFISSIONAL

NOME COMPLETO	DATA NASCIMENTO	NACIONALIDADE
---------------	-----------------	---------------

POSIÇÃO NA EMPRESA	TEMPO NA EMPRESA	VÍNCULO PERMANENTE () EVENTUAL () A CONTRATAR ()	FUNÇÃO PROPOSTA
--------------------	------------------	--	-----------------

FORMAÇÃO ACADEMICA (NOME DA INSTITUIÇÃO, CURSO (graduação, pós graduação, especialização), INÍCIO, TÉRMINO)
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EMPREGADOR, FUNÇÃO, INÍCIO E TÉRMINO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO)

OBSERVAÇÕES:

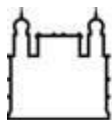
Relacionar apenas atividades diretamente relacionadas com o objeto desta licitação

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]



ANEXO XII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores,

[Razão social da licitante], CNPJ Nº _____, em cumprimento aos ditames editalícios, submete à apreciação da Comissão de Licitação os documentos abaixo discriminados, necessários para a habilitação na licitação em epígrafe:

1. (DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos, sob as penalidades cabíveis, a inexistência de fato impeditivo de habilitação, e que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus Anexos.

Declaramos, sob pena da lei, em especial do Art. 9º da Lei 8.666/93 c/c o Capítulo IV da retro – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL, que nossos diretores; responsáveis legais ou técnicos; membros do conselho técnicos, consultivo, deliberativo ou administrativo; ou sócios, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado da FIOCRUZ, bem como nossa Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da Licitação em epígrafe.

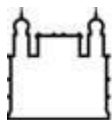
Informamos, ainda, que o prazo de validade de nossa Proposta de Preços é de 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

**ANEXO XIII****DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o nº _____ com sede (endereço completo _____), declara sob as penas da Lei que possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
Valor total dos Contratos R\$		_____

Observação:

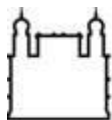
Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, sendo facultado à Comissão a verificação da veracidade das informações, através de diligências junto às organizações contratadas com a licitante.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]



ANEXO XIV ATESTADO DE VISTORIA

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório RDC Nº **04/2021-COGIC** da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, que a licitante _____ representada tecnicamente e legalmente pelo () arquiteto / () engenheiro (nome completo) _____ com Registro no CREA () / CAU()-____ nº _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, instalada no endereço _____ na cidade de _____ - _____, compareceu nesta data ao Campus FIOCRUZ, localizado no **Campus da Fundação Oswaldo Cruz em Manguinhos - RJ, na Avenida Brasil, nº 4.365 em Manguinhos, Rio de Janeiro** e tomou conhecimento, em visita técnica, das condições ambientais e técnicas que condicionam a prestação dos serviços alvo desta contratação.

Durante a vistoria supracitada, a empresa inspecionou o local a ser contemplado no projeto, esclarecendo todas as dúvidas pertinentes ao objeto desta licitação.

Local e Data

Servidor FIOCRUZ

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

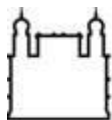
Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

Nota: A empresa ou consórcio deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência da assinatura de seu representante como representante técnico e legal.

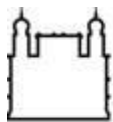
**ANEXO XV****MINUTA DO CONTRATO**

CONTRATO Nº ____/2021 QUE ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ E _____, PARA A **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO PARA ADEQUAÇÃO REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE PARTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ELÉTRICA DO CAMPUS DE MANGUINHOS APONTANDO AS ADEQUAÇÕES FÍSICAS NECESSÁRIAS NAS SUBESTAÇÕES ETG 02 E ETG 11, OBJETIVANDO A DESATIVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DAS CARGAS DAS SUBESTAÇÕES ETG 16, ETG 01 E ETG 17.**

A FIOCRUZ, por intermédio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi-COGIC/FIOCRUZ, com sede na Avenida Brasil, nº. 4.365, Prédio Sede da COGIC, Manguinhos, CEP.: 21.040-900, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, doravante denominada simplesmente FIOCRUZ, neste ato representada pelo COORDENADOR-GERAL, Sr. _____, portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____, com endereço profissional na _____, nesta Cidade do Rio de Janeiro, RJ, CEP: 21.040-900, designado pela Portaria nº _____, e no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº _____ - PR do Sr. Presidente da FIOCRUZ, de outro lado, _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº _____, sediada à Rua _____, nesta cidade do Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____ e CPF sob o nº _____, no uso das atribuições que lhe confere a _____ às fls. _____ dos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 25389.000188/2020-61 e em observância às disposições da Lei nº 12.462/2011, Decreto nº 7.581/2011, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 e demais cominações legais, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **RDC-e Nº 04/2021-COGIC**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente instrumento tem por objeto a **Contratação de Serviço de Engenharia para Elaboração de Projeto para Adequação Reforma e Modernização de Parte do Sistema de Distribuição Elétrica do Campus de Manguinhos Apontando as Adequações Físicas Necessárias nas Subestações ETG 02 e ETG 11, Objetivando a Desativação e Transferência das Cargas das Subestações ETG 16, ETG 01 E ETG 17,** sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço global, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico (Anexo IV do Edital de **RDC-e Nº**



04/2021-COGIC, objeto do processo nº 25389.000188/2020-61 e proposta apresentada pela CONTRATADA, que independente de transcrição integram o presente instrumento.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao edital de RDC-(e) e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____ .
 - 2.1.1. A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.
- 2.2. O prazo de execução do objeto é de _____ e será iniciado em ____/____/____, cujas etapas observarão o cronograma fixado no Projeto Básico.
- 2.3. Os prazos de execução e de vigência do contrato poderão ser prorrogados, com fundamento no art. 57, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993, mediante prévia apresentação de justificativas, autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste e da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, formalizadas nos autos do processo administrativo.
- 2.4. As prorrogações dos prazos de execução e de vigência do contrato deverão ser promovidas por meio de prévia celebração de termo aditivo.
- 2.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, na forma dos itens 2.3 e 2.4 acima, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente, por igual tempo, conforme preceitua o art. 79, § 5º, da Lei nº 8.666/93, mediante prévio termo aditivo.
- 2.6. A prorrogação do prazo de execução da obra implica a prorrogação do prazo da vigência do contrato por igual período, exceto se houver dispositivo em sentido contrário no termo aditivo de prorrogação.
- 2.7. A execução dos serviços será iniciada a contar da data constante na Autorização para seu início, emitida pela FIOCRUZ, cujas etapas observarão o cronograma anexo ao edital.
- 2.8. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR DO CONTRATO

- 3.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).
- 3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1. O valor consignado neste Termo de Contrato é fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, com efeito financeiro a partir da manifestação epistolar da Contratada, pela variação do índice INCC da Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou outro que vier a substituí-lo.

4.2. O reajuste do contrato será precedido de relatório técnico, embasado através de documentação consistente, formalizado a justificativa dos fatos que levaram o acréscimo de prazo a exceder o prazo inicialmente contratado.

4.3. O reajustamento será regido pela fórmula a seguir:

$$R = \{(I1 - I0) / I0\} \times S$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado

I1 = Número-Índice do INCC para o mês de reajuste

I0 = Número-Índice do INCC do mês de apresentação da proposta de preço da licitação, ou a partir do segundo reajuste, do mês do reajuste anterior.

S = Valor do saldo contratual na época do reajuste.

5. CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

Programa de trabalho: 50207674641 27561

Elemento de Despesa: 449051-80

Fonte de Recurso: 06151000000

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

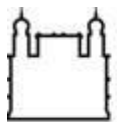
6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital de RDC-e Nº 04/2021-COGIC.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA E DA GARANTIA ADICIONAL

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ _____ [valor por extenso], na modalidade de _____, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas as condições previstas no subitem 21.1 do Edital.

7.2. A CONTRATADA prestará a garantia adicional prevista no Edital, no valor R\$ _____ [valor por extenso], na modalidade de _____.

7.3. As demais condições de prestação de garantia estão definidas no item 24 do edital do RDC-Eletrônico Nº 04/2021-COGIC.



"Subcláusula primeira: A CONTRATADA prestará ainda no prazo de (...) dias úteis a garantia adicional no valor de R\$_____ (_____), na modalidade de _____ considerando que o valor global da proposta da Adjudicatária foi inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b" do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, em consonância ao subitem 19.9.3 do edital, observadas as demais condições previstas no instrumento convocatório."

8. CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Para acompanhar a execução do Contrato, será designado servidor habilitado para acompanhar a execução do Contrato, ficando a partir da assinatura do mesmo, obrigado a registrar toda e qualquer ocorrência e/ou deficiência verificada ao longo do período de vigência, em relatório específico a esse fim, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas e pronta regularização dos serviços, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

8.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da FIOCRUZ ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da FIOCRUZ, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993 e do art. 10 e 11 do Decreto nº 9.507, de 2018.

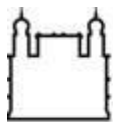
8.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Projeto Básico, Anexo IV do **RDC-e Nº 04/2021-COGIC**.

8.5. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, quando for o caso.

8.6. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.7. A Comissão designada para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual terá competência definida na legislação vigente, em especial:

- a) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Solicitar da CONTRATADA e de seus prepostos, ou providenciar junto à Administração da FIOCRUZ, tempestivamente, todas as medidas necessárias ao bom andamento dos serviços;
- c) Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato e, em especial, na aplicação de sanções, alterações e reajustes do contrato;



- d) Realizar o aceite do serviço executado nas condições previstas no Edital, de forma a subsidiar o atesto da Nota Fiscal e o pagamento do mesmo;
- e) O representante da FIOCRUZ deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- f) Será comunicado à CONTRATADA, por escrito, as deficiências ou irregularidades porventura verificadas pela fiscalização, cabendo a mesma sua imediata correção ou adequação, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- g) As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.8. A FIOCRUZ rejeitará, no todo ou em parte, os serviços efetuados em desacordo com o Contrato e/ou com as disposições constantes no Edital e seus Anexos.

8.9. A CONTRATADA se sujeitará a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da FIOCRUZ quanto à execução dos SERVIÇOS, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Projeto Básico, Anexo IV do Edital de RDC.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA se responsabiliza integralmente:

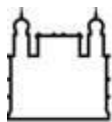
10.1.1. Pelos danos causados diretamente à FIOCRUZ ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato.

10.1.2. Pela supervisão dos serviços e de seus profissionais na FIOCRUZ.

10.1.3. Pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução deste contrato, não transferindo à FIOCRUZ, em caso de inadimplência da CONTRATADA, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto deste contrato.

10.1.4. Pela reposição de quaisquer objetos comprovadamente danificados ou extraviados por seus empregados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da data de recebimento da notificação da FIOCRUZ.

10.1.5. Por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, houver ocorrências, em que forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência.



10.1.6. Por todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.

10.1.7. Por todo o transporte de equipamentos, materiais, ferramentas e dos seus profissionais. A CONTRATADA deverá dispor de meios de transporte para atender de imediato a qualquer necessidade para locomoção de pessoal, material ou equipamentos necessários à execução dos serviços.

10.1.8. Os empregados em serviço possuirão vínculo empregatício exclusivamente com a CONTRATADA, sendo esta responsável pelo pagamento de salários e demais vantagens e recolhimento de todas as obrigações e tributos pertinentes, bem assim por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas, quando em serviço, na forma como a expressão é considerada nos artigos 30 e 60 do Regulamento do Seguro de Acidentes de Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 61.784, de 20 de novembro de 1987.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. **É permitida a subcontratação parcial do objeto**, respeitadas as condições e obrigações estabelecidas no Edital, no Projeto Básico e na proposta da contratada.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital de **RDC-e Nº 04/2021-COGIC e projeto básico**.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Projeto Básico;

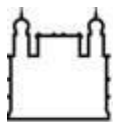
13.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Não haverá rescisão contratual em razão de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, ou de substituição de consorciado, desde que mantidas as condições de habilitação previamente atestadas.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.4. Os recursos contra rescisão se regem pelo disposto nos arts. 53 a 57 do Decreto nº 7.581, de 2011.

13.5. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.6. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS em relação ao empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato poderá dar ensejo à rescisão contratual, por ato unilateral e escrito, por parte da CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

13.7. SUBCLÁUSULA ÚNICA – DA MOTIVAÇÃO

13.7.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.7.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da FIOCRUZ em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.7.3. O termo de rescisão, sempre que possível, deverá indicar: i) de balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; ii) da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e iii) das indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

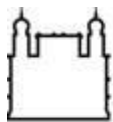
14.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

14.2.1. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

14.2.2. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis. É possível a cessão dos créditos decorrentes da contratação de que trata esta Instrução Normativa.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observadas, ainda, as regras específicas previstas na Lei nº 12.462, de 2011, e no Decreto nº 7.581, de 2011.



- 15.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o valor obtido a partir dos custos unitários do orçamento estimado da licitação não poderá ser reduzida, em favor da CONTRATADA, em decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a composição orçamentária.
- 15.3. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 42, § 7º, do Decreto n.º 7.581/2011.
- 15.4. Para o objeto ou para a parte do objeto contratual sujeita ao regime de empreitada por preço global ou empreitada integral, a assinatura do presente Contrato implica a concordância da Contratada com a adequação de todos os projetos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este ajuste, e a aquiescência de que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 42, §4º, III do Decreto n.º 7.581/2011 e nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

15.5. SUBCLÁUSULA ÚNICA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

15.5.1. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

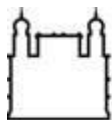
16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

- 16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 12.462, de 2011, no Decreto nº 7.581, de 2011, na Medida Provisória nº 961, de 2020, na Lei n.º 8.666, de 1993, no que couber, nas demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

- 17.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato resumido do presente contrato no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi

PROCESSO Nº: 25389.000188/2020-61

RDC ELETRÔNICO 04/2021-COGIC

- 18.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária Rio de Janeiro, integrante da Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93. Seção Judiciária da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Local e data

PELA FIOCRUZ

PELA CONTRATADA

DIRETORIA DA COGIC/FIOCRUZ

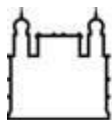
NOME DA CONTRATADA

Diretor

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS

Nome/CPF



ANEXO XVI

TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS

Em conformidade com o disposto no Edital da licitação em epígrafe, declaramos que executaremos os serviços objeto desta licitação a serviço da [RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE], inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____.

Outrossim, declaramos que, em obediência ao art. 111 da Lei nº 8.666/93, cedemos à FIOCRUZ, por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que viermos a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas da FIOCRUZ em relação aos citados serviços:

1 – A FIOCRUZ poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos nossos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional, independentemente de autorização específica, na forma prevista no art. 29 da Lei nº 9.610/1998 c/c art. 18 da Lei nº 5.194/1966 e art. 16 da Lei nº 12.378/2010.

2 – A FIOCRUZ poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos planos ou projetos da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos planos ou projetos, em cada evento deste tipo, ou mesmo não os indicar ou anunciá-los se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos e de elaboração de planos ou projetos derivados – estes, conforme conceito da Lei nº 9.610/1998, art. 5º, inc. VIII, alínea “g”

3 – A FIOCRUZ poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações técnicas que considerar necessárias, sendo que a FIOCRUZ não nos remunerará por essa reutilização.

Declaramos ainda, que faremos constar em todos os documentos que venham a compor os planos ou projetos, ou em parte deles, a critério da FIOCRUZ:

a. o teor da cessão de direitos autorais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição “PROPRIEDADE DA FIOCRUZ; e

b. se for o caso, os nomes de títulos e registros profissionais dos autores dos estudos anteriores aos planos ou projetos objeto do contrato, se tais estudos definirem a concepção dos trabalhos a serem feitos pelo CONTRATADO, sejam tais autores empregados da FIOCRUZ ou não.

Finalmente, comprometemo-nos a não fazer o aproveitamento substancial dos nossos projetos em outros projetos que venhamos a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do Representante Legal

Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor

ANEXO XVII

MINUTA DO TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO DE INFORMAÇÕES

Pelo presente instrumento, a Empresa/Consórcio _____ (denominação) _____ e (qualificação), _____, com sede à _____ (endereço), doravante denominada CONTRATADA, representada pelo seu Presidente ou Diretor, (qualificação), residente e domiciliado à _____, em face do Contrato nº _____, tem como compromisso manter confidenciais as informações que lhe forem fornecidas pela FIOCRUZ, na forma seguir convencionada:

1. DEFINIÇÃO

1.1 Deve ser considerada “Propriedade de Informação” qualquer informação, abrangendo, irrestritamente, “*know how*”, dados, requisitos, especificações, técnicas de procedimento, processos, planejamento, plantas, dados de ensaio ou patentes, relativos à engenharia, produção, “marketing”, serviços, ou qualquer projeto, seja este de pesquisa, futuro ou em execução, incluindo-se, ainda, qualquer dado sobre questões pessoais ou financeiras relacionadas a negócio presente ou futuro – seja este expresso nas formas oral, escrita, gráfica, eletrônica ou em cópias cedidas pela empresa. Compreende, também, todas as invenções, técnicas, procedimentos, projetos, descobertas e aperfeiçoamentos, além da propriedade intelectual, devidamente, identificada como confidencial no momento de sua divulgação.

1.2 Toda Propriedade de Informação que for divulgada, oralmente, só deve ser tutelada pelo presente termo de compromisso se for identificada como tal, no momento de sua divulgação e, posteriormente, ratificada como sigilosa em documento escrito dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da divulgação.

2. DA UTILIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

2.1 A CONTRATADA se compromete perante a FIOCRUZ a acatar os seguintes termos a respeito da Propriedade de Informação:

2.1.1 Toda Propriedade de Informação enviada pela FIOCRUZ à CONTRATADA será utilizada, apenas, para a execução dos trabalhos requeridos a este último.

2.1.2 O CONTRATADO tomará todas as precauções cabíveis a fim de evitar o conhecimento total ou parcial da Propriedade de Informação por parte de terceiros.

2.1.3 Na eventualidade da CONTRATADA considerar necessário o conhecimento da Propriedade de Informação por pessoas estranhas ao Contrato, deverá requisitar, por escrito, a prévia autorização da FIOCRUZ, condição essa que obrigará a respeitar todos os termos do presente compromisso, e a não utilizar as informações para qualquer outro propósito, além do estabelecido para a consecução do serviço contratado.

3. DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

3.1 Não serão essas informações duplicadas, nem mesmo utilizadas, total ou parcialmente, para qualquer outro objetivo que não seja indispensável à consecução dos serviços prestados pela CONTRATADA à FIOCRUZ, sem sua prévia autorização, por escrito.

3.2 Serão protegidas e mantidas em sigilo pela CONTRATADA, a qual utilizará, do mesmo cuidado e segurança que tem por hábito utilizar na preservação e manipulação de documentos de seu próprio interesse ou de igual importância.

3.3 Toda Propriedade de Informação cedida pela FIOCRUZ, bem como qualquer cópia ou similar que tenha sido feita, permanecerá como de sua propriedade, devendo ser devolvida ao término do serviço prestado, ou destruída no prazo de 15 (quinze) dias, sendo que, em havendo tal procedimento deverá ser devidamente, informado à FIOCRUZ.

3.4 Caso tome conhecimento do vazamento de informações, a CONTRATADA comunicará o fato, imediatamente, à FIOCRUZ, a qual tomará as providências cabíveis.

4. DOS LIMITES À PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE DE INFORMAÇÃO

4.1 As regras de procedimento concernentes à utilização e ao manuseio da Propriedade de Informação, supracitadas, excluem as seguintes informações:

4.1.1 As informações cuja divulgação que já chegaram ao domínio público ou que chegarem a ele por outros meios, que não incluam a participação ou envolvimento da CONTRATADA.

4.1.2 As informações cujas divulgação tenham sido previamente autorizadas, por escrito, pela FIOCRUZ.

4.1.3 As informações divulgadas mediante pedido do Governo Brasileiro, comprometendo-se, neste caso, a CONTRATADA de comunicar à FIOCRUZ no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da feitura ou recebimento do pedido.

5. DAS ALTERAÇÕES

5.1 Nenhuma emenda ou modificação será acrescentada a não ser que seja autorizada, por escrito, pela FIOCRUZ.

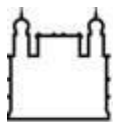
6. DO PRAZO

6.1 O prazo deste instrumento corresponderá ao período de duração do Contrato nº _____, assinado entre as partes, prorrogando-se, por 5 (cinco) anos a contar da data de conclusão dos serviços.

7. DA RESCISÃO

7.1 A extinção do presente Termo de Compromisso não liberará a CONTRATADA das obrigações ora impostas, relativas ao uso e proteção da Propriedade de Informação.

8. DOS FUNDAMENTOS LEGAIS



8.1 Este instrumento tem embasamento legal, nas normas que regem o sigilo, em especial, a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial e o Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, que estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informações de natureza sigilosa, e dá outras providências.

8.2 Fica estabelecido que o fornecimento da Propriedade de Informação de que trata o presente documento não será interpretado como concessão de quaisquer direitos, tácitos ou expressos, direitos de patente, direitos autorais, de marca registrada ou plano de negócios, sobre invenções, projetos, descobertas ou quaisquer questões de que trate a Propriedade de Informação então cedida.

9. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 A execução, existência e desempenho do presente termo de compromisso deve ser mantido em sigilo pela CONTRATADA e não deverá ser divulgado sem a prévia autorização da FIOCRUZ.

9.2 O presente termo representará o completo entendimento e compromisso das partes, substituindo qualquer negócio, compromisso, empreendimento, comunicação oral ou escrita, previamente, estabelecida sobre o objeto deste Termo.

10. DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção da Justiça Federal no Rio de Janeiro, para dirimir as questões resultantes deste instrumento.

Local e data

PELA FIOCRUZ

PELA CONTRATADA

DIRETORIA DA COGIC
CONTRATADA]

[NOME DA

Diretor
LEGAL]

[REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS

Nome/CPF

Nome/CPF

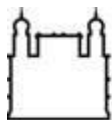


RDC ELETRÔNICO 04/2021-COG/C

Comprovação de Proposta Técnica

EMPRESA LICITANTE	OBJETO	NO DA CAT	PONTOS OBTIDOS
		—	

(nomes e assinaturas)

**ANEXO IX**

Comprovação de Proposta Técnica

DECLARAMOS, para fins de participação no procedimento licitatório RDC-e Nº **04/2021-COGIC** da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que a Proposta Técnica apresentada, no quesito **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (EP)** se comprova segundo os Atestados/CAT's abaixo relacionados.

CARGO FUNÇÃO	NOME DO PROFISSIONAL	QUALIFICAÇÃO COMPLEMENTAR: OBJETO/CAT OU CURSO DE CAPACITAÇÃO	OBJETO	NO DA CAT	PONTOS PRETENDIDOS

Representantes Credenciados dos Licitantes
(nomes e assinaturas)